

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

PRODUÇÃO DISCENTE
NO PPGSS-UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.1 (ESPECIAL)

Alejandra Pastorini **UFRJ**

Rosemere Maia **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Apresentação)

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 1 (ESPECIAL)
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 1-472	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E TRABALHO INFORMAL: AS TRAMAS SOCIAIS DO TRABALHO AMBULANTE

SOCIETAL TRANSFORMATIONS AND INFORMAL WORK:
THE SOCIAL PLOTS OF STREET WORK

Pollyana Luz Macedo da Silva

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 1 (ESPECIAL)

p. 95-123

2019

RESUMO

O artigo focaliza as mudanças do trabalho em relação à informalidade, traz à tona concepções distintas sobre a informalidade, passando em revista os estudos dos principais debatedores do tema. Análises sobre a superação da dicotomia entre os setores formal e informal serão referendadas. As tendências contemporâneas reacendem as marcas da precarização do trabalho e expõem novos contornos da exploração da mão de obra pelo capital. O texto é encerrado com a apreciação da particularidade do trabalho ambulante no contexto da experiência proletária, sinalizando pistas para a compreensão da vivência desses trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

Transformações Societárias. Informalidade. Trabalho Ambulante.

ABSTRACT

The article focuses on the changes of the work in relation to informality, bringing to the fore different conceptions about informality, reviewing the studies of the main discussants of the theme. Analyzes on overcoming the dichotomy between the formal and informal sectors will be endorsed. Contemporary trends reignite the precariousness of labor and expose new contours of labor exploitation by capital. The text is concluded with the appreciation of the particularity of the itinerant work in the context of the proletarian experience, signaling clues to understand the experience of these workers.

KEYWORDS

Societal Transformations. Informality. Street work.

Recebido em 22.11.2017

Aprovado em 20.08.2018

INTRODUÇÃO

Ainda que nem todos os homens expropriados dos meios de produção sejam diretamente empregados pelo capital, eles sobrevivem realizando algum trabalho. Essa realidade ocorre especialmente em países subdesenvolvidos que, historicamente, possuem fraca presença das relações de trabalho assalariado tipicamente capitalistas. Entender esse dado como processo social faz parte do objetivo deste artigo.

Primeiramente, serão analisados criticamente a informalidade do trabalho e seus estudos sobre a temática, procurando desmistificar a dualidade posta entre os setores formal e informal, cuja polarização leva à crença da existência de duas economias paralelas. A mola propulsora do capitalismo e as transformações socioeconômicas da sociedade engendram setores atrasados economicamente, localizando-os à margem do sistema capitalista. Porém, de “marginal” não há nada, pois fazem parte do sistema mundializado do capital e por ele é transmutado.

Num segundo momento, mediante esse modo interpretativo, poderá se apreender o trabalho ambulante, inserido na estrutura da totalidade social capitalista e em seu modo particular do trabalho. A partir das características e dos elementos trazidos na análise sobre essa modalidade de serviço, serão apresentadas: a) sua localização no ciclo do capital de modo funcional e b) sua contraface, configurada na expropriação social da mão de obra de contingentes populacionais que se inserem nessa atividade.

A INFORMALIDADE DO TRABALHO E AS REFERÊNCIAS INTERPRETATIVAS DO ATRASO ECONÔMICO, DO DUALISMO SOCIAL E DO *FETICHE* INOVADO

Historicamente, a categoria *trabalho* inserida no sistema capitalista esteve atrelada à noção de trabalho industrial do setor produtivo. Esse estereótipo é desmistificado, principalmente, com as transfor-

mações socioeconômicas advindas da sociedade capitalista das últimas décadas, com rebatimentos para o mundo do trabalho.

Entende-se que a informalidade abarca uma gama de trabalhadores, tanto ligados à esfera da produção quanto à da circulação de mercadorias. Ela ainda se constitui como um fenômeno típico (mas, não exclusivo) do capitalismo dependente, que guarda relações invisíveis com o segmento formalizado da economia. Ou seja, a informalidade não é um fenômeno estanque ou isolado do sistema. Hoje, está presente em diversos países, tanto nos periféricos, quanto nos centrais. Entender esse universo de trabalho, bem como suas características, suas especificidades, sua gênese e seus desdobramentos na contemporaneidade é necessário para desvelar seus principais rebatimentos nas experiências de trabalho dos trabalhadores ambulantes.

No Brasil, juridicamente, informalidade significa práticas laborativas não reguladas pelas leis trabalhistas. Considera-se trabalhador informal aquele que não tem registro do empregador na carteira de trabalho, portanto não tem a “carteira assinada”. Noronha (2003, p. 53) sustenta a tese de que a história do mercado de trabalho brasileiro foi marcada pelos chamados “contratos atípicos”¹ ou ilegais, verdadeiros resquícios históricos que demonstram os “[...] fracassos na busca de homogeneização dos mercados de trabalho [...]” ao longo de todo o século XX, quando é formado o mercado assalariado livre, nacional.

Para o pensamento neoliberal, o trabalho informal favorece as inovações de mercado, que decorrem de ações individuais empreendedoras. Nesse sentido, a argumentação redundante numa narrativa positiva sobre o empreendedorismo. Por conseguinte, sugerem como solução ao crescente desemprego e à estagnação econômica uma ampla desregulamentação e, conseqüentemente, a privatização de espaços regulados pelo Estado. Assim, tributam ao trabalho informal

1 O autor se refere aos contratos não dispostos em lei e socialmente ilegítimos, chamados de atípicos ou informais.

um caminho inovador, apto a reinventar antigas estruturas do poder e impulsionar uma nova organização da sociedade e da economia a partir de pequenos empreendimentos (DE SOTO, 1987). O trabalhador do trabalho informal se transforma no empreendedor schumpeteriano, que privilegia a esfera privada como alavanca da economia.

Para De Soto (1987), os trabalhadores informais dos países periféricos podem ser convertidos em “empresários”, para gerar riqueza, além de estimular a inovação e a competitividade. A ideologia do “autoemprego”, embutida nessa visão empreendedora, também é propagada pelo Estado com base na argumentação de maior rentabilidade, liberdade e autonomia do trabalhador como proprietário de seu próprio negócio. Para o autor, os trabalhadores informais são chamados de “empresariado emergente e difuso” da empreitada privada, de origem popular. Assim, as microempresas populares seriam o auge dessa forma de atividade na contemporaneidade.

Os estudos de Tavares (2004) evidenciam que o trabalho informal não é algo externo ao modo de produção capitalista. Pelo contrário, para ela, “a economia informal não é uma disfunção da economia, que pode ser corrigida mediante uma boa política de inclusão social, como advogam os pesquisadores da OIT” (TAVARES, 2004, p. 11). Caminhando na direção contrária, a autora compreende o trabalho informal engendrado no processo de acumulação capitalista, que promove tanto relações de trabalho publicamente reguladas na forma emprego, quanto aquelas não regidas por leis e contratos. O que era antes tratado apenas como um apêndice da economia mundial torna-se algo fundamental para o desenvolvimento desse sistema enquanto forma de produção capitalista. Desse modo,

o impulso da lei do valor ora convoca, ora libera trabalhadores, ora os assalaria, ora usa sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a ideia de autonomia que se apoia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, com o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o “setor informal”, enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade (TAVARES, 2004, p. 41).

Oliveira (2003) desmistifica a segmentação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os primeiros teriam uma industrialização plena e acabada, os segundos chegariam, vagarosamente, ao mundo industrial. Estes podem alcançar o patamar da modernização, através da adoção de política desenvolvimentista, com investimentos na indústria nacional; como foi implementado no Brasil a partir dos anos de 1930.

Para Oliveira (2003, p. 32), “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”. Os países subdesenvolvidos seriam considerados atrasados, situação que poderia ser superada por meio de mais capital, mas esquecendo-se “que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo” como um todo (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

O autor faz a crítica ao subdesenvolvimento “como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’” (OLIVEIRA, 2003, p. 32), não se tratando de uma dualidade, como se ambos os setores estivessem em lados diferentes.

Outra questão posta pelo autor, vista pelos estudiosos do subdesenvolvimento, é o “inchaço” do setor terciário, devido a seu extenso consumo de força de trabalho, sem agregar muito valor ao produto. Oliveira caminha na direção oposta quando afirma que o incremento do setor terciário, que demanda força de trabalho, “faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p. 54-55) e que, portanto, não é marginal à economia. Isso se explica, principalmente, devido ao aumento elevado da terceirização das indústrias, cujas tarefas, que antes se realizavam no interior da fábrica, têm sua força de trabalho transferida no âmbito da prestação de serviços.

A informalidade, portanto, tanto pode estar presente na indústria e na agricultura como pode se revelar na dinâmica das trocas comerciais. O trabalho informal depende das relações de troca e contratos efetivados no trabalho formal, principalmente no tocante à renda dos

trabalhadores formais, pois seu poder aquisitivo influencia a movimentação das vendas dos trabalhadores informais.

A relação dialética entre o atrasado e o moderno se expressa de duas formas. Por um lado, na inserção de relações novas no arcaico, através da liberação de “força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana” – por exemplo, a mecanização da agricultura. Por outro, na “reprodução de relações arcaicas no novo, que preserva o potencial de acumulação liberada exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 60). Exemplos disso se manifestam nas práticas de empreendedorismo e de trabalho familiar que se renovam, com baixa remuneração, transferindo parte do mais-valor para outras atividades.

Assim como Oliveira (2003), Kowarick (1985) elabora uma crítica contundente ao dualismo ao apreciar a teoria da marginalidade², pois para ele não existem segmentos à margem do modo capitalista de produzir. Os setores chamados de não integrados têm papel importante na dinâmica da acumulação, por isso Kowarick (1985) critica a visão de sistema dual, divididos em integrados e não integrados. Os primeiros representam somente economias com predominância do trabalho regulamentado na forma emprego. O segundo grupo é formado por economias com absorção de formas heterogêneas de trabalho, incluindo a informalidade. Essa perspectiva dualista aborda essa realidade heterogênea, como se fossem duas sociedades diferentes vivendo concomitantemente.

Com um esforço de reflexão teórica sobre as relações capital e trabalho, Kowarick (1985) investiga as relações entre grupos de trabalhadores não empregados e a função desses grupos na obtenção

2 A teoria da marginalidade teve grande ênfase em meados da década de 1960 e 1970. Foi o norte de explicação das análises do sistema capitalista dependente dos países da América Latina. Para autores marxistas, como Kowarick (1985), a marginalidade é aqui interpretada como parte constitutiva da totalidade da economia capitalista, não sendo utilizada conforme termo literal da palavra: “à margem”, “fora de” ou “à parte”.

da riqueza social produzida. Para o autor, trabalhadores que outrora eram considerados à margem da dinâmica econômica global – “um tipo de desajustamento oriundo de padrões distintos e conflitantes” (KOWARICK, 1985, p. 26) –, seriam em essência peças fundamentais ao processo de produção capitalista, pois os mesmos não estão fora da “bolha” chamada sistema capitalista. Em outro momento, eles podem ser absorvidos pelo capital para o funcionamento de sua engrenagem econômica.

Ou seja, antes de tudo é preciso situar a marginalidade no modo de produção capitalista e no seu processo de acumulação e expansão. Nos países periféricos, principalmente na América Latina, o processo produtivo urbano industrial não absorve toda a força de trabalho disponível, para transformá-la em trabalhadores assalariados. Portanto, “parte da mão de obra vinculada às relações de produção ‘tradicionais’, não consegue se transformar em assalariada” (KOWARICK, 1985, p. 61). Até porque, partindo do princípio de sua Lei geral, a engrenagem do sistema capitalista está bem longe desse intento.

Com o desenvolvimento do processo urbano e industrial, parte da mão de obra liberada se insere em trabalhos “sob ‘novas’ relações de produção ‘arcaicas’ presentes em boa parte das atividades integrantes do setor terciário da economia” (KOWARICK, 1985, p. 61). O capitalismo sintetiza padrões desiguais e combinados que, ao se desenvolverem, reinventam padrões produtivos “arcaicos, tais como, o artesanato e a indústria em domicílio. Tais ações criam igualmente ‘novos’ padrões ‘tradicionais’ inseridos na divisão social do trabalho”, entre eles, “o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos [...], empregados domésticos” (KOWARICK, 1985, p. 83).

O autor situa “os marginais” na expansão do processo produtivo capitalista, localizando-os como exército industrial de reserva, contribuindo para o rebaixamento do custo da força de trabalho. Entre as características dos trabalhadores do artesanato e da indústria domiciliar, pode-se dizer que “apoiam-se em tecnologia rudimentar, funcionando a baixo nível de capitalização, e mal chegam a remunerar o fator tra-

balho, constituindo relações de produção em que os indivíduos a rigor não são nem patrões nem assalariados” (KOWARICK, 1985, p. 86).

Outro ponto é a não separação entre o trabalhador e os instrumentos de produção. Assim, eles se encontram numa situação de superexploração, evidenciada pela situação de informalidade. Nos países latino-americanos, predominam formas “arcaicas, mas reformuladas sob novas roupagens modernas, posto que produz mais-valia através de um processo extensivo” (KOWARICK, 1985, p. 88).

Assim, a informalidade abrange tanto atividades autônomas, que se caracterizam “pela não participação na produção de mais-valia”, quanto pelos “trabalhadores presentes nas unidades artesanais e nas indústrias a domicílio, quer ainda pela mão de obra que é incorporada e expulsa das empresas capitalistas em razões de flutuações conjunturais ou estruturais da economia” (KOWARICK, 1985, p. 89-90).

Entre tantas funções desempenhadas, os trabalhadores informais levam ao barateamento da reprodução da força de trabalho, pois têm um custo urbano menor expresso, por exemplo, na habitação precária construída em mutirão e localizada em região sem infraestrutura e/ou em risco. Além disso, alguns ofícios na área de serviços são exercidos por esses trabalhadores a um preço mínimo de subsistência, como são os casos dos consertos dos mais variados produtos e a distribuição de alimentos, entre outros pequenos serviços.

O equívoco metodológico da abordagem desse trabalho heterogêneo como setores – como “setor informal” – é a perda da visão de totalidade e reforço para uma visão dualista da economia. Diante do exposto, o termo informalidade seria o mais adequado para exemplificar o fenômeno retratado, entendendo-a como permeabilidade transversal às relações sociais capitalistas.

Cacciamali (2001) chama atenção para o “processo de informalidade”, situando que ele foi desencadeado nas últimas décadas pelas transformações do mercado de trabalho. Para a autora, o mesmo diz respeito à

redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes

das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementadas nas diversas economias nacionais (CACCIAMALI, 2001, p. 6).

Cacciamali (2001) faz distinção entre as transformações estruturais dos trabalhos formal e informal, ambas inseridas no “processo de informalidade”. Para o primeiro segmento, a autora se refere às “mudanças nas regras de contratação do trabalho assalariado nas empresas que apresentam relações capital-trabalho definidas e, muitas vezes, organizadas por meio de sindicatos” (CACCIAMALI, 2001, p. 16).

Já no segundo, “considera os espaços econômicos, dimensão e natureza das atividades associadas aos pequenos produtores, que organizam seu processo de produção com base no próprio trabalho, de seus familiares ou ajudantes” (CACCIAMALI, 2001, p. 16). Mas, os trabalhos formais e informais se expressam através de um *continuum* de relações e não como setores distintos um do outro.

De forma semelhante, Malaguti (2000) reitera que os trabalhos informais e formais estão imbricados um no outro, não existindo nítida separação entre ambos. A linha tênue que os separa é aparente, isto é, as relações de trabalho informais estão no interior das formais e vice-versa. Através da análise de trajetórias ocupacionais, o autor apresenta a experiência de trabalhadores em relações híbridas e complexas; sujeitos superficialmente “sem *status* social definido” que caminham nas trilhas ora da formalidade, ora da informalidade. Vez por outra, são trilhas percorridas ao mesmo tempo. Em outras palavras: paira uma “indefinição de *status* econômico” com híbridas atividades e variados rendimentos para completar a renda familiar.

Para ele, a informalidade pode abarcar aspectos da experiência do trabalho formalizado, como é o caso dos trabalhadores empregados que obtêm uma renda extra com trabalho informal. Esses trabalhadores estariam vivenciando situações de informalidade, de modo “que a formalidade penetra o setor informal e o setor informal nutre-se da formalidade. A existência de um setor sem o outro parece-nos inconcebível” (MALAGUTI, 2000, p. 101).

Lautier (1997), em seus estudos sobre a informalidade, explicita a íntima relação desta com o Estado. Para ele,

O termo “informal” refere-se, pois, de forma implícita, ao Estado, uma vez que a forma ausente é a que o Estado é levado a impor, através da promulgação de leis e regulamentos e do controle de seu cumprimento. Falar da economia informal é situar-se em uma problemática na qual a intervenção do Estado é considerada como necessária ao funcionamento de toda atividade econômica: ele define as regras da concorrência, as de uso do trabalho; permite a reprodução dos trabalhadores de uma geração a outra; fixa normas relativas ao produto (qualidade, segurança); etc. E, obviamente, cobra impostos, taxas e cotas para financiar sua própria atividade e também para atender a objetivos políticos, sociais ou éticos (LAUTIER, 1997, p. 61).

Assim, para além do critério da regulamentação, para se definir a informalidade, o interesse é o significado econômico e social do fenômeno. O que se constata, na realidade, é a ausência de registros de empresas renomadas e de grande porte do âmbito formal. Se fosse levado em conta o critério da regulamentação, essas empresas estariam inseridas na informalidade. Por isso, a inconsistência do parâmetro legal para considerar a informalidade.

Uma vertente considera que a pífia capacidade de controle do Estado é insuficiente na fiscalização das atividades da economia informal. Desmistificando esse argumento, o autor explica que a consequência do ínfimo “grau de controle estatal é tanto um efeito do desenvolvimento da economia informal, quanto sua causa” (LAUTIER, 1997, p. 65).

Por outro lado, Silva (2003) traz novos elementos para pensar a informalidade, entendendo que, no ciclo do capital flexível, a noção é substituída por “empregabilidade” ou “empreendedorismo”. O que se mostra por trás da aparente independência do trabalho informal é a real dependência do trabalho ao capital, que vem acompanhada de novos dilemas para a classe trabalhadora. A partir desse entendimento, a informalidade ressignifica em termos de categoria analí-

tica, sendo transformada em algo a ser perseguido e desenvolvido como parte do desenvolvimento social e econômico do país. O autor acrescenta que

a noção de empregabilidade (...) remete a requisitos subjetivos relacionados aos trabalhadores individuais, expressando o que me parece ser uma fonte muito importante de legitimação de novas formas de controle social, menos objetivadas, que dependem do engajamento pessoal (SILVA, 2003, p. 167).

Castro *et al.* (2013, p. 11) observam que o discurso do *ethos* empreendedor, alimentado nas últimas décadas, “se aproxima muito mais da cultura do auto emprego e, portanto, única alternativa aos pobres”, paralela ao surgimento da “expressão ‘empregabilidade’, termo utilizado para designar o trabalhador ‘empregável’”. Assim,

O surgimento do termo remonta aos anos 1990, quando foram intensificadas todas as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da acumulação mais flexível. De lá para cá, cada vez mais, a expressão “empregabilidade” passou a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Na realidade trata-se de um termo utilizado para deslocar para o indivíduo a responsabilidade pela condição de manter-se empregado ou empregável no atual contexto neoliberal. Em outras palavras, agora compete ao trabalhador qualificar-se, a fim de manter sua empregabilidade (CASTRO *et. al.*, 2013, p. 11-12).

O reconhecimento histórico da informalidade do trabalho na experiência social brasileira, o debate sobre a sua relação com a totalidade social capitalista e a consciência burguesa contemporânea sobre o empreendedorismo de porte popular foram os eixos analíticos trabalhados até aqui. A exposição buscou sublinhar a dialética arcaico-moderna na formação social brasileira e seu desdobramento na dialética da informalidade no quadro mais geral do trabalho capitalista. Deste ponto em diante, espera-se sugerir pistas investigativas sobre as mediações com o trabalho ambulante na sua manifestação concreta.

O TRABALHO AMBULANTE EM SUAS DIMENSÕES PARCIAIS E OS FIOS QUE LIGAM À TOTALIDADE SOCIAL

O trabalho ambulante é uma modalidade não regulamentada na forma emprego, comumente conhecido como trabalho informal e de larga presença na história brasileira. De maneira geral, os trabalhadores ambulantes estão inclusos no universo dos trabalhadores informais tradicionais. Isto é,

estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para o consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes (CACCIAMALI, 2000 *apud* ALVES; TAVARES, 2006, p. 431).

Na modalidade das atividades tradicionais, Alves e Tavares (2006) classificam as ocupações em “menos instáveis”, “instáveis” e “ocasionais” ou “temporárias”. Em geral, os trabalhadores ambulantes estão situados no segmento dos serviços e, quanto “menos instáveis”, mais desenvolvem as atividades por meio de certos conhecimentos adquiridos de geração a geração por relações familiares ou afetivas de proximidade.

Para Conserva (2004), os trabalhadores ambulantes se inserem no campo da informalidade classificados como autônomos ou “por contra própria”. A autora expõe que o trabalho ambulante e as relações e laços associados a ele são semelhantes a um ‘labirinto’,

[...] tanto pela visualização do espaço geográfico ocupado por esses trabalhadores – a rua – quanto pela representação de um modo de organizar uma atividade que apresenta o seguinte paradoxo: por um lado, precisa se *expor* na rua para veicular a venda da mercadoria; por outro lado, tem a necessidade de se esconder (tornar difícil o acesso ou a visibilidade, por exemplo, para a fiscalização), devido à condição de informal-ilegal (CONSERVA, 2004, p. 282).

O “saber-fazer” da atividade ambulante é marcado pela diferenciação e heterogeneidade, tanto no âmbito da organização da atividade, quanto nas formas de inserção no trabalho ambulante. Desse modo, a organização requer o mínimo de planejamento e de divisão de tarefas que lhe são inerentes. As formas de inserção dependerão do local de exercício – se itinerante, fixo ou alocado em lugares fechados – e das relações de trabalho – se ajudante, proprietário ou sócio.

Assim, é preciso considerar certa hierarquia e subordinação no trabalho ambulante enquanto estratégia de seu saber-fazer. Na prática laborativa do ambulante, há trabalhadores contratados como ajudantes; outros são situados como sócios ou parceiros na divisão da compra das mercadorias. Nem sempre é o licenciado³ que toma conta da barraca; às vezes, o licenciado é “chefe”. Em outros casos, existem trabalhadores ambulantes que possuem várias barracas e até mesmo uma equipe de trabalho. Portanto, sua organização é complexa, com composições das mais variadas formas possíveis. Principalmente se levarmos em consideração trabalhadores de uma mesma família, quando os níveis de hierarquização na atividade podem se modificar, conforme o grau de aproximação, habilidade e de permanência no trabalho ambulante.

A vulnerabilidade e a precariedade expressam uma condição iminente nesse tipo de atividade, pois tem correlação com sua própria lógica de organização interna. Além de que o gerenciamento da atividade em plena rua “expõe os ambulantes às condições de vulnerabilidade climática (sol, chuva) e às variabilidades próprias de quem ‘tá na rua’ (violência, conflitos inerentes às questões urbanas da vida moderna)” (CONSERVA, 2004, p. 286-287).

De maneira sutil, o trabalho ambulante favorece a ampliação da circulação e realização da mais-valia através da venda das mercadorias. O trabalhador ambulante, de maneira geral, é revendedor de

3 Licenciados são aqueles trabalhadores que têm a permissão ou concessão para uso e ocupação do solo a fim de exercer aquela atividade naquele local determinado pelo poder público.

mercadorias em pequena escala, de produtos que são comprados, consignados ou produzidos artesanalmente.

Em razão do restrito mercado de trabalho, partes dos trabalhadores sobranes veem no trabalho ambulante uma maneira de conseguir renda. Muitas vezes, numa trajetória ocupacional marcada pelo movimento pendular, transitando ora no trabalho formal e ora na informalidade, conforme as conjunturas econômicas mais ou menos favoráveis à absorção de mão de obra em empregos (MALAGUTI, 2000).

Mas, além da questão do desemprego, estudos mencionam que a ocupação ambulante é impulsionada também pela “recusa ao padrão brasileiro de assalariamento mal remunerado e ‘autoritário’” (BEZERRA, 2007, p. 3), levando em conta que, em certos ramos do trabalho informal, a remuneração é superior ao trabalho assalariado. O aumento do trabalho ambulante aparece como saída para a “oferta ‘precarizada’ de postos de trabalho ao nível da renda e das relações de trabalho” (BEZERRA, 2007, p. 7).

Bezerra (2007) analisa a funcionalidade desse tipo de atividade para a acumulação capitalista apontando como

uma funcionalidade genérico-abstrata, remetida ao fato dos vendedores realizarem, com o seu trabalho coletivo, o valor das mercadorias crescentemente produzidas pelo setor industrial. Ao mesmo tempo, verificamos casos em que a funcionalidade também é “concreta”, dado que o vendedor se encontra virtualmente integrado a uma empresa específica, que mascara a subordinação real através do fornecimento de mercadorias por consignação (BEZERRA, 2007, p. 16).

Por analogia, Cardoso (2013) discorre que a economia do sistema capitalista contemporâneo, baseado no endeusamento da esfera financeira, se associa a uma galáxia, cujo buraco negro no centro lhe dá razão e identidade, isto é, “sua dimensão, sua forma, sua dinâmica (seu movimento). O movimento depende também da massa e da densidade da galáxia” (CARDOSO, 2013, p. 21). Quanto mais próximas do centro e do buraco negro, mais suas estruturas são coesas e densas.

A informalidade nesse sistema se encontra em lugares distantes do centro, mas faz parte da galáxia e, portanto, é por ela influenciada; pois tem “seu movimento e sua densidade determinados, justamente, pela distância em relação ao centro e, portanto, definem-se por essa relação distante” (CARDOSO, 2013, p. 23).

O autor chama a atenção para a complexidade e as inter-relações produzidas pelo sistema capitalista, movimentando valores em cadeias planetárias. Diante disso, ele afirma que é “ingenuidade imaginar que o camelô da esquina não participa de circuito do capital, pois o mesmo trabalhador mobiliza cadeias de valor com vários elementos de altíssima tecnologia extensos em muitos territórios do planeta” (CARDOSO, 2013, p. 25). Incluindo a movimentação das finanças por meio do sistema financeiro com o uso de cartão de crédito na aquisição de mercadorias e nas vendas nas bancas.

Assim, todas as transações estabelecidas na periferia da galáxia não se diferem das do centro, sendo “tudo isso parte desse elemento de coordenação que é o mercado” (CARDOSO, 2013, p. 28). O autor destaca também que a sociabilidade, enquanto parâmetro para a realização das trocas comerciais, é coordenada pelas ferramentas da informação e da confiança num sistema bastante complexo e heterogêneo.

Como a estrutura socioeconômica capitalista nunca engendrou padrões em nível de assalariamento para todos os trabalhadores, e como a força de trabalho disponível necessita sobreviver de alguma forma, “a construção de mecanismos não assalariados de obtenção de meios de vida foi e continua sendo, mais do que uma alternativa almejada, uma necessidade” (CARDOSO, 2013, p. 53), principalmente diante de incertezas ocupacionais e perda de emprego.

O trabalho ambulante no Brasil é uma atividade antiga que já se fazia notória no período da colonização portuguesa e do Brasil Imperial, com a venda de diversos produtos como frutas, doces, pães e bebidas caseiras nas ruas das grandes cidades (FREHSE, 2000 *apud* ASSIS, 2010, p. 326). Na República, o ensejo de modernidade burguesa do espaço urbano, principalmente no Rio de Janeiro a partir

da Reforma Pereira Passos,⁴ problematizará bastante esses resquícios coloniais do trabalho ambulante. Como se sabe, essa reforma abarcou iniciativas para a organização do espaço público urbano a fim de promover a higienização e o embelezamento da capital do país, servindo como paradigma de modernidade urbana. O que atingirá sobremaneira o trabalho ambulante espalhado nos espaços de grande fluxo de pessoas, limitando a ação dos trabalhadores.

Diante disso, Acerbi (2006) ressalta que o comércio ambulante, antes de ser marginal – principalmente para a população negra recém-liberta, no século XIX –, tornou-se uma espécie de sobrevivência alternativa, política e econômica, como resposta à “sociedade hierarquizada e fragmentada” (ACERBI, 2006, p. 5). Além disso, o autor chama a atenção para a presença marcante de imigrantes europeus na formação desse comércio, reforçando a “pluralidade do conceito de modernidades alternativas” (ACERBI, 2006, p. 5-6).

Mas, isso vem de mais longe. No velho mundo, até mesmo na Idade Média, o comércio de rua ocupava as praças públicas, “funcionando à margem das normas estabelecidas pelos poderes oficiais, ou seja, o clero e a nobreza” (ASSIS, 2010, p. 336). No Brasil,

A gênese e desenvolvimento do comércio ambulante expressa uma “modernidade alternativa”, baseada na antiguidade da modernidade brasileira e um legado escravista que não pode ser considerado como incapacitador, mas sim, que criou sérias dúvidas sobre a promessa do trabalho “livre” numa economia industrial assalariada (ACERBI, 2006, p. 5).

4 A Reforma Pereira Passos foi uma série de iniciativas do prefeito Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, com a finalidade de estruturação e organização do espaço urbano, no tocante à urbanização e ao comércio popular. A referida reforma constituiu um paradigma de intervenção urbana, multiplicada para variadas regiões do país. A Reforma Pereira Passos “desterritorializou formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias. Em seu lugar estabeleceu territórios de alto grau de disciplina e controle: mercados cobertos e feiras livres” (MASCARENHAS, 2005, p. 8).

Tendencialmente, há uma produção social do espaço que, ao longo desses séculos, engendra um poder público em conflito com a recorrente proliferação de trabalhadores ambulantes. Na visão burguesa dominante, esse ramo de atividade tumultua a passagem dos transeuntes, além de afetar a beleza da cidade ou prejudicar os comerciantes estabelecidos. A dinâmica urbana de produção e reprodução do espaço – espaço vivido, representado e concebido – é expressa no binômio conflituoso entre trabalho ambulante e *lócus* ocupacional: a rua.

As resultantes desse processo conflituoso são variadas, incluindo desde despejos dos ambulantes para cantos remotos da cidade, proibição de trabalho nos grandes centros urbanos, até inserção em edificações ou galpões. Neste último caso, via de regra, com a finalidade de criar mercados e feiras populares para esse tipo de comércio, o que na maioria das vezes acarreta perdas financeiras para o trabalhador que conta com o fluxo de indivíduos na rua para ter vendas mais arrojadas. Esse fato leva o trabalhador a retornar às ruas, reatualizando o conflito.

Assim, esses trabalhadores não usufruem dos direitos trabalhistas típicos do sistema jurídico de vínculo contratual, pois não há relação de subordinação entre trabalhador informal e empregador. A participação dos trabalhadores informais na circulação das mercadorias se dá pela compra e consignação de produtos das grandes redes de varejo que são vendidos em lugares movimentados. Para Silva,

o trabalho do vendedor ambulante insere-se numa dupla perspectiva: de um lado, as estratégias de distribuição de mercadorias de procedência variadas; de outro, as disputas pela ocupação dos pontos de comércio na rua. [...] Trata-se de pensar o trabalho numa perspectiva mais ampla, menos restrita às relações hierárquicas das empresas e mais ligadas às dinâmicas de produção e circulação da riqueza (SILVA, 2011, p. 59).

Nessa perspectiva, o autor analisa o processo de “viração” nas formas de trabalho cotidianas que estão fora do âmbito do assa-

lariamento formal. O autor desloca a atenção para formas não tradicionais de atividades que buscam uma renda para além do assalariamento. Trata-se de uma “viração cotidiana” das pessoas que se inserem no trabalho informal. Para ele, “viração é entendida como mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais” (SILVA, 2011, p. 59).

Esse tipo de trabalho está entrelaçado com processos mais amplos, na produção ou circulação de mercadorias, gerando excedentes para quem administra. A pesquisa de Silva (2011) foi capaz de identificar diretamente a relação entre o comércio informal e a indústria de confecções de São Paulo, verificando que a informalidade é peça da cadeia produtiva do setor.

Os laços e simbioses entre “formais e informais” são vistos também por Assis (2010), que identifica conflitos entre os comerciantes (considerados estabelecidos) e os ambulantes (considerados como “outsiders”⁵ do sistema formal de trabalho). O direito a exercer a atividade de comércio é dos “estabelecidos”, pois são os proprietários locais. Os ambulantes ficam no terreno da exceção estabelecida por dispositivos legais e/ou administrativos, de tempos em tempos questionados pelos agentes políticos e econômicos hegemônicos na cidade, em cada conjuntura.

Nessa abordagem, o autor identifica

uma reprodução local da exclusão, [...] em que os “camelôs”, deixam de pertencer aos “estabelecidos”, pelo fato de não estarem dentro de uma ordem formalizada, tanto jurídica (sem uma regularização jurídica), quanto economicamente pelo fato de não pagarem impostos (ASSIS, 2010, p. 331).

5 Embora em outro campo teórico, essa noção de *outsider* pode auxiliar a compreender parte da experiência do trabalho ambulante. Um “outsider” é “aquele que desvia as regras do jogo” (BECKER, 2008, p. 17), no caso, as regras que amparam o proprietário. Nesse cenário, o trabalhador ambulante é um intruso que rouba as vendas e os clientes dos comerciantes estabelecidos.

Para os “outsiders”, a licença para trabalhar como ambulante e a utilização do espaço público para a atividade têm crescido nas cidades, possivelmente, por duas razões. Primeiramente, em decorrência da crise do capital, que acirrou o desemprego. E também pela abertura democrática, que ampliou a politização de problemas sociais dessa natureza, alterando a correlação de forças na sociedade.

A legalização do espaço e a autorização para trabalhar atravessam essas práticas de trabalho e tornam mais ambígua a referência de informalidade para o trabalho ambulante. A formalização do lugar e a autorização pública fornecem um tom de legalidade aos trabalhadores ambulantes, eximindo-os de parte das muitas perseguições pela força policial.

Por outro lado, os estudos mostram que esse tipo de regularização, portanto, é funcional ao controle social sobre esses trabalhadores no espaço urbano. O termo regularização condiciona apenas à normatização legal, com o objetivo de oferecer o título de uso do espaço que é público. Assim, perante o Estado, esse trabalhador ambulante apenas está autorizado à utilização do espaço urbano através do pagamento de taxas e impostos. “A autorização, por tratar-se de ato discricionário, poderá ser concedida ou não ao requerente, dependendo do exame de conveniência e oportunidade, por parte do município [...]” (DELGADO, 2005, p. 4).

Na verdade, para investigar o trabalho ambulante, parece fundamental compreender que a cidade se apresenta como o *locus* ocupacional desses trabalhadores. Com as características de um grande “mercado oriental”, com suas feiras e tendas espalhadas em vários pontos: “com sua barganha incessante e ruidosa, suas dimensões tácitas e suas manobras arditas e habilidades específicas” configuram-se como um “bazar” (RUGGIERO; SOUTH 1997 apud MISSE, 2002, p. 3). Nos países periféricos, desenvolveu-se uma espécie diferente da cidade moderna tradicional e fordista. “As diferenças de conjuntura e territorialidade de sua história, as continuidades, descontinuidades e metamorfoses de seus tipos sociais e a reprodução ampliada de seus mercados ilícitos” (MISSE, 2002, p. 3) reproduziu um amplo mercado informal.

Apesar de o trabalhador ambulante ocupar um espaço público, acaba transformando-o em seu espaço particular de vendas. Como infere a própria tradução literal do termo *outsiders*: um estrangeiro ou forasteiro que torna privada uma arena que é de todos. Assim, ressignificam o cenário do espaço público⁶ através dessa ocupação, tanto no âmbito econômico, quanto das relações sociais estabelecidas à sua volta, envolvendo experiências vividas por esses trabalhadores e seus clientes.

A percepção do trabalhador como um invasor do espaço público reforça a estigmatização ideológica que se faz perante a aparência do fenômeno da atividade de ambulante, deixando na penumbra o fato de o “bazar periférico” envolver trabalhadores que tentam obter condições mínimas de rendimento e dignidade em uma sociedade desigual.

Por outro lado, esses trabalhadores se caracterizam por experimentar um cenário de insegurança social. Sem amparo em legislação social e sem garantia de estabilidade de rendimento, vivem na urgência do sustento da família. Ao mesmo tempo, essa urgência da sobrevivência reitera as condicionalidades negativas para inserção em trabalho no mercado formal: a) baixa escolarização; b) falta de qualificação para as demandas do mercado de trabalho e c) ausência de tempo para procurar emprego. Desse modo, a atividade de ambulante tende a se perpetuar, como herança para diferentes membros da família, ressignificando suas possíveis escolhas profissionais e de vida.

Conforme Cunha (2009), as relações entre os próprios trabalhadores são marcadas por tensões e conflitos que se refletem na disputa pelo espaço público, marcando sobremaneira a subjetividade

6 Assim, “entendemos que o espaço público é *locus* de um determinado comportamento, de uma cultura pública, [...] também é lugar de contradições, de problematização da vida social. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogos; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social” (CUNHA, 2009, p. 78).

do trabalhador. Isto é, no espírito de sobrevivência do direito ao trabalho, a lógica da concorrência pelos espaços públicos é repleta de contradições e disputas.

Mas, essas marcas da experiência do trabalho ambulante precisam ser pensadas em suas particularidades. Assis, por exemplo, explicita que a convivência diária entre os trabalhadores informais forma não só a identidade individual, mas a do próprio grupo. E, “nessa convivência diária surgem diversos códigos que dão significados e contribuem para a permanência do grupo no local” (ASSIS, 2010, p. 35-36), apesar dos constantes atritos com os comerciantes e autoridades públicas locais. Experiência permeada também pelas “autorizações informais”, através da corrupção que envolve a prática de propinas pagas às autoridades públicas para poderem exercer a atividade. A atividade se encontra no limiar da ilegalidade, marcando com fragilidade e instabilidade o cotidiano ocupacional.

De certa forma, o próprio *lócus* ocupacional desses trabalhadores caracteriza-se como uma arena de conflitos e tensões entre os sujeitos sociais envolvidos. Segundo Aguiar (2013), os trabalhadores de rua desenvolvem “táticas” e “astúcias” que burlam as leis e acordos firmados entre trabalhadores e agentes estatais. A utilização de “táticas”

se faz porque existe um desacordo entre o espaço praticado por ele e o espaço produzido pelos agentes estatais. E é nas margens desse espaço da heterogeneidade que se dá a ação dos trabalhadores informais, como uma ação que se utiliza da subversão das ordens que a autoridade impõe para que possam, nesse caso, trabalhar (AGUIAR, 2013, p. 3).

Todavia, esse terreno movediço da instabilidade não torna a atividade laborativa de ambulante destituída de habilidades específicas. Enquanto trabalhadores que lidam diretamente com o público, em geral os ambulantes necessitam de artimanhas e estratégias para conquistar sua clientela; principalmente diante da concorrência, acirrada com o aumento de vendedores nas ruas. Assim, eles utilizam o

recurso da criatividade, através da fala e dos gestos, para despertar a curiosidade dos transeuntes para seus produtos. Para Maciel e Ferrari (2004, p. 5) “são características peculiares de um povo que utiliza a linguagem cultural no desenvolvimento e estabelecimento de novos caminhos considerando as raízes históricas”. Um modo de irem se distinguindo do outro ambulante que carrega a experiência de classe comum do não direito ao trabalho.

No ambiente de vendas, eles apresentam seus produtos utilizando-se de toda logística aplicável. São verdadeiros *performers*, que fazem desses espaços uma apresentação quase que teatral, lançando mão de todos os gestos, símbolos e falas possíveis. Esses trabalhadores se mostram com a finalidade de apresentar sua existência, “como forma não apenas de expressão, mas de expressão para sobrevivência” (MATOS, 2006, p. 4).

Nesse campo de simbologias, a criatividade é habilidade para encarar os problemas e pendências de forma diferente do usual. Na realidade, o que os trabalhadores ambulantes “praticam é o *Folkmarketing*: ações de promoção que utilizam as manifestações folclóricas e elementos da cultura popular como tema da estratégia comunicacional” (MACIEL; FERRARI, 2004, p. 6). Os trabalhadores que utilizam esse instrumento de comunicação auferem maiores rendimentos em relação àqueles que não o fazem. A disputa e a concorrência por maiores vendas marcam a experiência do ambulante, podendo fraturar a generosidade do companheirismo da classe.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O que se constata diante da revisão crítica do tema da informalidade é que a mesma se situa no cerne do processo contraditório das relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo em que a informalidade é refuncionalizada para as necessidades do modo de produção capitalista, também se volta às reais possibilidades de trabalho e renda dos trabalhadores expulsos do processo formal de produção. Portanto, os achados reforçam a interpretação de que a informalida-

de é um elemento constitutivo do sistema socioeconômico do capital, na sua versão periférico-dependente.

O empreendedorismo, movido por ideias inovadoras e de possibilidade de inserção social, articula-se funcionalmente ao movimento do capital. Assim, a informalidade que se configura nas últimas décadas, antes de ser mais uma opção ao trabalhador, é uma nova forma de gerência do capital. Frente ao rebaixamento dos custos do trabalho, assim como ponderou Malaguti (2000, p. 68), “a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e energéticas, mas sim o refúgio dos sem opção” e dos funcionais à produção do capitalismo periférico. A visão do empreendedorismo se espraia como uma alternativa à emergência do desemprego estrutural.

Assim, as práticas do trabalho ambulante servem à reprodução do trabalhador, “onde a (re)produção do capital se faz necessária a sua existência, na aquisição de bens que atendem às suas necessidades de produção e reprodução na dinâmica do consumo” (ANDRADE; GOMES, 2003, p. 2). Dessa forma, o trabalhador ambulante está inserido tanto na reprodução dos espaços públicos urbanos, repletos de tensões e significados históricos e sociais, quanto nas relações com seus clientes e fornecedores.

Os trabalhadores ambulantes estão situados num universo de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho. Assim sendo, uma parcela desses trabalhadores está disponível para a qualquer momento ser capturada pelo movimento do capital. Desse modo, tornam-se funcionais ao sistema à medida que colaboram para o rebaixamento do nível de salários dos trabalhadores formais, configurando como componente do “exército industrial de reserva”.

Por outro lado, o trabalhador ambulante compra as mercadorias para revendê-las e distribuí-las, sendo utilizados como agentes proliferadores para a realização da mais-valia relativa das mercadorias. O trabalhador informal é compelido, por circunstâncias externas a ele, a participar como grande distribuidor/revendedor das mercadorias capitalistas. Mercadorias essas que são produzidas com alto índice de mais-valia e superexploração.

Os trabalhadores no processo produtivo das mercadorias funcionam como “agentes produtores de mais-valia”. Já o trabalhador informal, no processo de circulação das mercadorias, é empenhado como “agente direto” realizador complementar da mais-valia produzida na esfera da produção. Isto é, agente participante da circulação de mercadorias capitalistas. Ressalta-se que o objetivo maior do capital é manter os produtos – mercadorias – circulando o mais rápido possível para a realização e manutenção do ciclo do capital, e os trabalhadores informais participam da engrenagem de circulação requerida.

Segundo Rocha (2006), a “indústria da falsificação” expropria de seus trabalhadores uma mais-valia relativa, com altos valores de rendimentos para o capitalista; alie-se a isso a sonegação de impostos e completa ausência de vínculos formais empregatícios, reduzindo ainda mais o custo para a produção das mercadorias e da força de trabalho para o capitalista. Reduzir o custo da força de trabalho implica dizer que a reprodução desse trabalhador torna-se mais barata a cada dia para o capitalista, diminuindo, com isso, sua “cesta básica”.

Partindo desse pressuposto, os trabalhadores de rua estão desempenhando a função de trabalhadores improdutivos na cadeia do processo do capital. Enquanto trabalhadores improdutivos apresentam dupla dimensão do trabalho, quais sejam, tem trabalho útil, concreto e trabalho abstrato, pois produz valor, isto é, reproduz a atividade investida pelo capital, mas não produz a mais-valia. Entender os trabalhadores informais é compreender não só o ofício, mas as relações sociais em presença no capital, pois para além de pensar o trabalho é preciso refletir em um conjunto de relações que atravessam essa ocupação. Enquanto trabalhador improdutivo, a atividade informal é trocada por renda e não por capital, pois é improdutivo de mais-valia.

É nessa trama de relações sociais, políticas e econômicas que o trabalhador informal está inserido. Em função disso, constitui a teia que move a atividade ambulante, através de trajetórias ocupacionais e familiares, em busca de suas condições de produção e reprodução num sistema desigual, injusto e explorador. O capital é capaz

de expelir força de trabalho, mas, pelo mesmo processo, adequa o trabalhador desempregado em outras formas de atividades mistificadoras – formas de trabalho arcaicas e antigas, porém com um verniz modernizador – que garantam legitimidade à reprodução do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERBI, P. Legados escravistas, modernidade alternativa: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, 1850-1930. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. *Anais eletrônicos...* Niterói: Anpuh, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303>. Acesso em: 23 mai. 2016.
- AGUIAR, A. L. de O. Entre o comércio informal e as margens do ilegal: práticas de trabalho na rua 25 de março. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: IUPERJ, 2013. Disponível em: <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia ou precarização”. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANDRADE, E. S.; GOMES, E. T. A. O estudo do comércio informal ao longo dos primeiros eixos de circulação da cidade de Recife-Brasil: a moradia como local de (re)produção do capital, o caso da avenida Recife. In: *SCRIPTA NOVA. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFIA Y CIENCIAS SOCIALES*. v. VII, nº. 146(044). Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto de 2003. Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(044\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(044).htm)>. Acesso em: 30 mai. 2017.
- ASSIS, R. L. Cidade e “Camelôs”: trabalho e identidade em Campos dos Goytacazes. CSO online. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 10, mai./ago. 2010.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEZERRA, G. A. das N. Mercadores ambulantes na Zona Sul do Rio de Janeiro: subjetividades e Economia Política. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

- SOCIOLOGIA, 13, 2007, Recife. *Anais Eletrônicos...* Recife: IUPERJ, 2007
Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=159&limit=150&limitstart=20&order=name&dir=ASC&Itemid=171>. Acesso em: 28 mai. 2017.
- CACCIAMALI, M. C. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. *Revista Pesquisa e Debate*, SP, volume 12, n. 1(19), p. 5-42, 2001.
- CARDOSO, A. *Ensaio de Sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CASTRO, C. A.; NUNES, T. de G. Crítica à razão empreendedora: notas críticas acerca da função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16, 2013, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: IUPERJ, 2013. Disponível em: <<http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- CONSERVA, M. de S. O labirinto da atividade na cidade de João Pessoa. In: ARAÚJO, A.; ALBERTO, M. de F.; NEVES, M. Y.; ATHAYDE, M. (Orgs.). *Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigmas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.
- CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 77-85, jan/jun., 2009.
- DELGADO, A. P.T. *Aspectos jurídicos do comércio em vias públicas do município do Rio de Janeiro*. In: Colóquio Internacional Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/aspectos-jur%C3%ADdicos-docom%C3%A9rcio-em-vias-p%C3%BAblicas-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- DE SOTO, H. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado a Economia Informal. In: SILVA, L. A. M. (Org.). *Qualificação e informalidade*

- Revista de Ciências Sociais: Contemporaneidade e Educação*. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC). Ano II, n 1, 1997.
- MACIEL, B.; FERRARI, C. Lições de Folkmarketing: A comunicação utilizada pelos vendedores ambulantes no ato da venda de seus produtos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004. Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2004.
- MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MASCARENHAS, G. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. vol. IX, núm. 194 (62), Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- MATOS, M. B G. de. “Senhoras e senhores passageiros”: a oralidade e as representações nas performances de vendedores ambulantes em ônibus de Fortaleza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 29., 2006. Brasília. *Anais Eletrônicos...* Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1121-1.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017.
- MISSE, M. Rio como um bazar, a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Revista Insight Inteligência*, v. 3, n. 5, Rio de Janeiro, 2002.
- NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 18, n. 53, 2003.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROCHA, F. L. J. *Elementos para a crítica da indústria da falsificação*. Rio de Janeiro, 2006. 158 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- SILVA, C. F. da. *Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes*. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; TELLES, V. da S. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar / perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Estado de Sítio).
- SILVA, L. A. M. *Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento*. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.